iv enanparq
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

URBANIDADES DO BAIRRO ALTIPLANO CABO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB

VERTICALIZAÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS

Patrícia Costa e Silva Cruz
Faculdades Integradas de Patos - FIP
patriciacruz.arquitetura@gmail.com

Marcele Trigueiro de Araújo Morais
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
marcele.trigueiro@gmail.com

URBANIDADES DO BAIRRO ALTIPLANO CABO BRANCO, JOÃO PESSOA/ PB.

RESUMO

Compreende-se urbanidade como uma situação de equilíbrio entre a dimensão espacial e social; enquadra-se em situações de segurança nos espaços públicos, estes apropriados às atividades sociais urbanas com funções dinamizadas, bem como copresença de pessoas de classes sociais, gênero e idades distintos. Neste sentido, o bairro do Altiplano - João Pessoa/PB, constitui um objeto privilegiado de investigação da urbanidade, uma vez que abriga configurações de cidade estereotipadas e radicalmente opostas, erguidas notadamente a partir da aprovação do Decreto Municipal 5.844/07, em 2007. Este trabalho objetiva compreender as relações entre espaço público e sociedade nos três principais setores que compõem o Altiplano, à luz do conceito de urbanidade. Aborda os espaços públicos, configurações físico-espaciais, tipologias edilícias e interfaces público-privadas do bairro, assim como dos efeitos sociais destas diferentes situações, perceptíveis nas apropriações dos espaços públicos e em entrevistas com a população usuária. Ao término, percebe-se a influência decisiva da dimensão espacial na utilização dos espaços públicos. O medo da violência urbana aparece como justificativa reincidente, no que se refere ao abandono do espaço público por determinados grupos sociais, ainda que a apropriação social dos espaços públicos ocorra, nos segmentos mais desfavorecidos, em fenômenos de superação de deficiências e de entraves espaciais. O trabalho alerta, ainda, para as consequências das mudanças das configurações físico-espaciais vertiginosas e pouco planejadas, que atendem a interesses de grupos específicos hegemônicos, promovendo hiperprogramação arquitetônica e valorização social das áreas privadas, em detrimento dos espaços públicos – alterações espaciais de alto padrão construtivo e qualidade técnica, no entanto, isoladas e desconectadas do tecido urbano. A partir deste retrato complexo e contemporâneo da cidade, é possível discutir perspectivas e traçar as influências destas situações, sobre o despertar da urbanidade local, atualmente fragilizada e deficiente, com tendências ao desurbanismo.

Palavras-chave: Urbanidades. Verticalização. Efeitos Espaciais e Sociais.

URBANITIES OF ALTIPLANO CABO BRANCO NEIGHBOURHOOD, JOÃO PESSOA / PB.

ABSTRACT

Urbanity is understood as the balance between both social and spatial dimensions; it fits into public urban spaces security, being these spaces proper to dynamic social functions as well as the presence of different ages, social classes and genres' people. In this context, Altiplano neighbourhood – João Pessoa/PB becomes an interesting study object concerning urbanity for it holds stereotyped and radically opposed displays, built mainly after the approval of the 5.844/07 Municipal Decree, in 2007. This work means to understand the relation between public space and society on the three main sectors that compose Altiplano neighbourhood under the urbanity concept. Its approach includes the public spaces, the spatial displays, the buildings' typology, the interface between public and private spaces inside the neighbourhood and the social effect of these diverse situations, perceived by observing the way the space is used and considering the opinion of some users obtained throw interviews. By the end of this investigation one can see the main influence of the spatial dimension on the way public spaces are used. Fear for urban violence appears as a critical factor to justify the lack of use by some social groups, even if the appropriation of these spaces occurs, amongst the lesser privileged as a way to surpass spatial deficiencies and obstacles. This work calls attention also to the consequences of unplanned changes on the physical and spatial display to satisfy the needs of a specific amount of the population, excessively increasing the value of private areas and choosing to ignore the public ones – being these private areas too well planned as far as technique is concerned and yet unattached to the urban display as a whole. From this complex and contemporary picture of the city it is possible to discuss possible perspectives and influences on the awakening of the local urbanity that is at this moment fragile and inefficient, without improving prospects.

Keywords: Urbanities. Verticalization. Space and social effects.

INTRODUÇÃO

A urbanidade pode ser entendida por situações urbanas que apresentem equilíbrio entre as dimensões espacial e social, inerentes ao espaço urbano (JOSEPH, 2002); em cidades dotadas de urbanidade, percebe-se, entre outros aspectos, diversidade de funções, copresença de pessoas de classes sociais, gênero e idades distintos, facilidade de acesso aos bens urbanos e estruturas societárias mais simétricas (HOLANDA, 2010). Nesta acepção do termo, a ação humana é elemento-chave, tão fundamental quanto as categorias do espaço: a urbanidade “equilibrada” decorreria de um conjunto de condições espaciais e da presença de indivíduos, cujas interações fazem aflorar plenamente vivências urbanas e relações de sociabilidade (NETTO et al, 2012). Este equilíbrio encontra rebatimento no que Illich (1973) designa, décadas atrás, por “convivencialidade”: instrumentos urbanos convivenciais seriam, em seus termos, artefatos urbanos fabricados a serviço do homem.

Tais qualidades do urbano estão, no entanto, cada vez mais distantes nas cidades contemporâneas brasileiras. As configurações espaciais mais recorrentes estão relacionadas a estratégias de alteração espacial permitidas, promovidas até, pelos "fabricantes da cidade" (TRIGUEIRO, 2012), dentre eles o Estado, um dos principais motores da produção dos espaços (CORRÊA, 1995): os parâmetros e índices urbanísticos praticados, bem como as diretrizes de uso e ocupação do solo observadas têm resultado na proliferação de tipologias arquitetônicas com predicados de intensa verticalização, isolamento edilício, pouca permeabilidade física, grandes recuos, alta incidência de fachadas cegas ou com baixa permeabilidade visual (SABOYA et al., 2013). Figueiredo (2012) denuncia a “tendência desurbana”, quando aponta características como a priorização do automóvel particular, a separação de pessoas, o enclausuramento e a negação do espaço público: qualidades nem de longe convivenciais.

A crise urbana brasileira está declarada e as autoridades políticas e urbanísticas continuam a intervir de forma equivocada e permissiva, curvadas à força do capital e dos *lobbies* imobiliários, que atuam em todos os níveis do poder (MARICATO, 2015). Trata-se de uma lógica, que prioriza modos de vida hegemônicos, vinculados a grupos detentores de capital e forte alcance político. O descompasso entre política urbana e processo de planejamento marca grande parte das gestões urbanas do atual cenário brasileiro, estimulando em definitivo o desequilíbrio em termos “societários” (DONZELOT, 2001).

Associados a esse quadro de crise, os espaços públicos encontram-se desqualificados, negados e subordinados em termos de diretrizes urbanísticas à prioridade inconteste do automóvel, o que potencializa um perigoso ciclo vicioso: entre presença massiva de veículos, redução de opção de viagens, orientação de planos e uso do solo, naturalização de padrões dispersos de desenvolvimento (SILVA, SILVEIRA, SILVA, 2016), mas também a recusa das calçadas, praças e áreas públicas de convívio social, está posta a realidade que alavanca a dependência automotiva urbana, o esvaziamento do espaço público, a valorização da esfera privada e o consequente aumento da violência urbana, estabelecendo de vez condição *sine qua non* ao visível desajuste da(s) urbanidade(s) atual(is). Para muitos autores, situações de urbanidade dita "ideal" não "preveem" formas hostis de vida social, capazes de provocar quebras de comunicação, espaços de violência e repressão (NETTO, 2014): tantos efeitos nefastos às relações entre cidade e sociedade.

A apreensão da urbanidade, enquanto fenômeno decorrente da relação entre a configuração físico-espacial e disposições sociais, constitui o centro de nosso interesse e o espaço urbano, produzido e materializado por decisões político-urbanísticas de impacto, contextualizadas dentro do âmbito do atual cenário de crise urbana no Brasil, compõe o pano de fundo ativo destas manifestações. A discussão do quão convivencial seria a urbanidade do bairro Alitplano Cabo Branco[1] surge, nesta trama, como proposta de interlocução teórico-empírica. De fato, a área de forte apelo paisagístico e ambiental sofre transformações radicais há quase uma década, impulsionadas notadamente pelo Decreto Municipal 5.844/07. Este documento sentencia, em 08 de janeiro de 2007, redefinição de parte da área do bairro enquanto Zona de Adensamento Prioritário (ZAP), atualizando o Plano Diretor da Cidade (1994), que a instituía originalmente como Setor de Amenização Ambiental (SAA). Os investimentos de elevado padrão dão início a um acelerado processo de verticalização, questionável sob diversos aspectos – ambiental, cultural, paisagístico, legal, infraestrutural, etc (FERNANDES, 2013) –, mas também à emergência de três setores morfologicamente diferenciados dentro do bairro, batizados pela população de *Altiplano Nobre* (área-objeto do decreto, fortemente verticalizada e com edificações uni e multifamiliares de "alto" padrão construtivo), *Conjunto do Altiplano* (residências uni e multifamiliares de padrão construtivo "médio", que encontra sua origem enquanto conjunto residencial construído no bairro) e *Comunidades do Altiplano* (habitações

[1] Aqui designado pelo termo "Altiplano", conforme é popularmente conhecido na cidade de João Pessoa/PB.

essencialmente unifamiliares, resultantes de invasões e com “baixo” padrão construtivo).

Posta nestes termos, a problemática do artigo interroga o estado da(s) urbanidade(s) no bairro do Altiplano e sugere certo grau de comprometimento nesta elaboração, em decorrência de configurações físico-espaciais fragmentadas, excludentes, estereotipadas, pouco convivenciais, contraproducentes até. Quais são as principais características morfológicas e arquitetônicas destes três setores que produzem impacto nos modos de vida e práticas sociais locais? Quais são as reais repercussões, em termos de urbanidade, iniciadas pela dinâmica de verticalização no bairro? Este trabalho objetiva compreender as relações entre espaço público e sociedade nos três principais setores que compõem o Altiplano, à luz do conceito de urbanidade. Consiste num estudo acerca das configurações físico-espaciais do bairro, assim como dos efeitos sociais e convivenciais destas diferentes situações, perceptíveis nas apropriações dos espaços públicos e em atividades sociais urbanas observadas.

O artigo recupera dados produzidos em uma dissertação de mestrado realizada no PPGAU/UFPB, entre 2013 e 2015. Propõe uma aproximação físico-espacial do objeto, através de análises morfológicas e dos espaços públicos (LAMAS, 2004; PANERAI, 2006), das interfaces público-privadas (BENTLEY et al., 1985), assim como das tipologias edilícias presentes na área (NETTO, SABOYA, VARGAS, 2012); neste nível, o método de Ferreira e Sanches (1998) é igualmente mobilizado, uma vez que estabelece parâmetros de qualificação das calçadas. O artigo promove ainda uma aproximação de natureza social, a partir da análise das práticas sociais e sociabilidades urbanas, registradas *in loco* com base em protocolo de observação, e ilustradas por conteúdo extraído de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 15 (quinze) usuários dos espaços públicos dos três setores. A partir de um *corpus* constituído em abordagem qualitativa, o texto confronta enfim dados de natureza espacial e social, em esforço analítico-reflexivo a respeito das manifestações de urbanidade(s) identificadas.

O texto estrutura-se em quatro partes: primeiramente, retoma o quadro teórico; em seguida, descreve o caso de estudo supracitado; em um terceiro momento, analisa os padrões de urbanidade(s) percebido(s), explorando dados produzidos pelas entrevistas; por fim, apresenta as principais considerações à luz do aparelho conceitual.

1. POR UM OLHAR CONVIVENCIAL DA URBANIDADE: O ESPAÇO A SERVIÇO DO HOMEM

Sendo o fenômeno da urbanidade "definidor e fundamental da condição urbana" (DUTRA, TRIGUEIRO, 2016, p.366) mas, ao mesmo tempo, tão difícil de apreender quanto a própria cidade (NETTO, 2014), caminhos os mais diversos têm sido trilhados no intuito de desvendá-lo[2]. No caso deste artigo, as experiências descritas encontram principalmente suporte em teorias, que se encarregam de olhar a atividade social humana na cidade e os instrumentos que a facultam.

A lógica bidimensional de apreensão da urbanidade possui na figura de Isaac Joseph seu principal precursor. O sociólogo sugere que os instrumentos dispostos no espaço urbano relacionam-se, interagem, em suma confrontam-se a "disposições específicas adquiridas pelo cidadão" (JOSEPH, 2002, p.35). O autor atesta que dispositivos técnicos próprios do meio urbano têm "efeitos ou consequências diretas no tipo de práticas e de relações sociais, nos comportamentos ou nas condutas de civilidade e incivilidade". Urbanidade consiste, neste entendimento, na consideração da dupla dimensão entre "disposições adquiridas pelo citadino" e "dispositivos de socialização em meio urbano" (*ibidem*).

A interpretação da urbanidade e seu aspecto convivencial encontram amparo epistemológico no problema que envolve o "mundo da fabricação e dos usos" (TOUSSAINT, 2003), i.e. no estudo da atividade social urbana, enquanto resultante do mundo constituído por técnicas de fabricação/uso de dispositivos técnicos e espaciais do urbano (DTSU) (TOUSSAINT, ZIMMERMANN, 2001). Latour (e2004) explica que a atividade social resulta indistintamente da atividade de indivíduos e de objetos fabricados, ou seja, da atividade de "humanos" e de "não humanos". Nestes termos, a atividade social, em geral, e a atividade social urbana, em particular, compreendem duas formas de interação implicando humanos e não humanos. Estas interações envolvem, por sua vez, duas formas de organização, dois tipos de "coletivos": o coletivo dos "fabricantes" e o coletivo dos "públicos" (TRIGUEIRO, 2012). O primeiro concerne à fabricação e ao funcionamento dos DTSU e conecta organizações e objetos. O coletivo dos "públicos" concerne ao uso dos DTSU e interliga públicos e objetos. As atividades destes coletivos são complementares (fabricar/usar); os fabricantes e os públicos se entendem, nesta perspectiva, em torno dos mesmos objetos, mas a partir de ângulos de visão distintos (RAYMOND, 1984): para os

[2] *Cf*. coletivo de pesquisadores que publica em 2012 coprodução intitulada "Urbanidades".

fabricantes, trata-se de um projeto de funcionamento, enquanto que, para os públicos, um projeto de instrumentação.

Pensar o equilíbrio entre as dimensões espacial e social da urbanidade remeteria à ideia de adequação dos DTSU às expectativas sociais do público urbano; ou seja, remete à apropriação dos objetos do urbano às atividades sociais e usos para os quais foram programados (TRIGUEIRO, 2008). Em oposição, inadequações entre fabricação e uso gerariam disfunções e conflitos de uso, inapropriações ou ainda "catacreses" (TOUSSAINT, 2003, p.61): na cidade, trata-se de quebras do contrato social entre oferta de bens urbanos e expectativas sociais que, em situações específicas, podem provocar, a depender do "mundo" a que pertencem, entraves ao pleno desenvolvimento das urbanidades ou, até, "novas formas" de urbanidade.

O (des)equilíbrio fabricação/uso é parcialmente reencontrado no argumento defendido por Illich em 1973, quando este publica severa crítica à sociedade moderna e ao progresso técnico industrial: "atividade humana constrói a sociedade, e a forma que assume essa atividade, a maneira segundo a qual ela se organiza, constitui um instrumento material ou imaterial que contribui, por suas características, a determinar certas 'qualidades' da sociedade" (HUMBERT, 2011, pp.99-100). A produção em larga escala de bens e serviços disponíveis nas sociedades modernas veio de par com a implementação e utilização de instrumentos que tomaram uma dimensão excessiva em nossas vidas: voltando o pensamento ao caso particular das sociedades modernas urbanas, esta dimensão foi e é tão desmedida que, em vez de libertar o homem, dotando as cidades de instrumentos capazes de oferecer acesso irrestrito aos bens urbanos, i.e. autonomia urbana, aprisiona-o em modos de vida polarizados e totalmente dependentes. O monopólio das grandes instituições das sociedades modernas produziu efeitos de "contraprodutividade", destruindo aos poucos a sociedade (HUMBERT, 2011).

Convivencial seria, nos termos de Illich, a sociedade dotada de instrumentos, que, "opostos às máquinas, aceitam diversas utilizações, às vezes desviadas de seus sentidos originais e permitem, assim, a livre expressão daquele que o utiliza" (CLERC, 2011, p.135): "o instrumento é convivencial na medida em que cada um pode utilizá-lo sem dificuldade, tão sempre ou raramente que o desejar, para fins que ele mesmo determina. O uso que cada um faz não se sobrepõe à liberdade d'outrem em fazer o mesmo. Ninguém precisa de um diploma para ter o direito de se servir [do instrumento convivencial]; pode-se tomá-lo ou não" (ILLICH, e2003, p.485).

Pela capacidade que os espaços públicos urbanos têm de oferecer possibilidades em práticas urbanas e de estimular o processo de acionamento de outros inúmeros objetos e usos, eles se encontram no cerne da questão da convivencialidade e, ao mesmo tempo, da urbanidade: eles são considerados “instrumentos da urbanidade” (TRIGUEIRO, 2008). Praças, parques, calçadas, ruas constituem um "microcosmo real" de espaços e relações (JACOBS, 2011), onde a vida social acontece em fluxo constante, intermediadas por dispositivos técnicos e espaciais, que poderiam ser convivenciais. A qualidade da cidade reside justamente na possibilidade eficiente desses espaços em conferir liberdade de utilização e expressão dos instrumentos do urbano, autonomia urbana, em suma, convivencialidade. Trata-se aqui de direcionar o olhar para a ligação entre os dispositivos técnicos e demais objetos não humanos, presentes nos subtrechos identificados, e para as principais disposições sociais observadas em grupos de humanos. A qualificação destas (im)prováveis vinculações fornece os elementos de resposta aos questionamentos mais cedo problematizados. Convém, ao término, emprestar as categorias desenvolvidas por Toussaint (2003) para designar o que ocorre nos espaços públicos, privados e privatizados analisados aqui: “dimensão *intra mundana*”, “*extra mundana*” e “*infra mundana*” correspondem, respectivamente, aos três mundos aos quais a razão urbana está conectada.

2. ALTIPLANO CABO BRANCO: OBJETO DE ESTUDO

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, localiza-se na Região Nordeste, precisamente no extremo leste da costa litorânea, entre os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Seu crescimento proporciona tão logo a valorização da terra litorânea, que passa então a ser explorada turisticamente, convertendo as “amenidades” de sua natureza em mercadoria, amplamente comercializada (FERNANDES, 2013). Situado em um “tabuleiro” acima da falésia do Cabo Branco, o bairro do Altiplano possui características naturais impactantes, de apelo turístico e paisagístico.

Sua urbanização inicia-se em 1938, mas é a Lei de Zoneamento de 1975 que promove, por meio da intervenção Estatal, uma série de diretrizes, dentre elas o zoneamento e a regulamentação de construções na área. Data de 1978 ainda a primeira intervenção pública que realiza o Conjunto Habitacional do Cabo Branco, financiado pelo Estado e parcialmente situado no loteamento do Altiplano. Na década de 1980, são implantados outros dois loteamentos no bairro (Visão Panorâmica I e II), que incorporam as zonas cujos lotes possuem maiores dimensões. Na segunda

metade 1980, iniciam-se as ocupações dos lotes de grandes dimensões, com construções de alto padrão construtivo e muros altos. Ao fim da década, surgem as ocupações irregulares, com construções de baixo padrão construtivo, denominadas Vila São Domingos e Comunidade Rabo de Galo. Em 1990, a criação do Loteamento Visão Panorâmica III, ao Norte do bairro, encerra a configuração da malha urbana, referente ao perímetro aqui estudado [*cf.infra*, figura 01].

Em 2005, o reconhecimento das qualidades ambientais e paisagísticas do bairro transforma-o em objeto de legislação municipal e o insere pelo Decreto 5363/2005 em SAA. Esta normativa determinou o uso de atividades compatíveis, não poluentes, com ocupação de baixa densidade e alta permeabilidade do solo, priorizando os condomínios ecológicos e sustentáveis, de maneira que favorecesse as áreas frágeis de forma sustentável (FERNANDES, 2013). O radical redirecionamento ocorre quando, a área, considerada Zona de Restrições Adicionais pelo Plano Diretor, passa a ser classificada ZAP em 2007. Esse novo enquadramento altera a dinâmica do Altiplano, que passa desde então por um violento processo de especulação imobiliária e vertiginosa verticalização, com inserção desenfreada de condomínios verticais de luxo, largamente festejados por suas qualidades paisagísticas e até supostamente "sustentáveis" (FERNANDES, 2013).

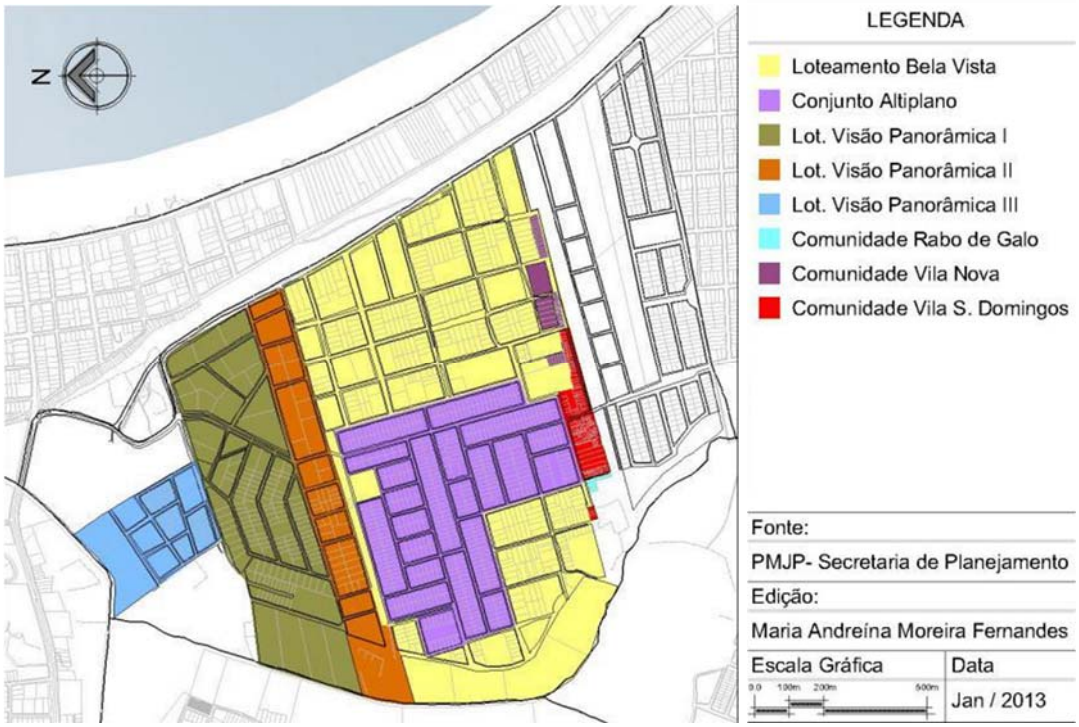

Figura 01: Mapa da ocupação urbana do Altiplano (1938-1990)
Fonte: PMJP, editado por FERNANDES (2013).

Em função da mudança na legislação, a fragmentação social e econômica presente no bairro intensificou-se, traduzida por uma série de modificações no que diz respeito ao uso do solo e gabarito, à relação da edificação com o lote e com o espaço público.

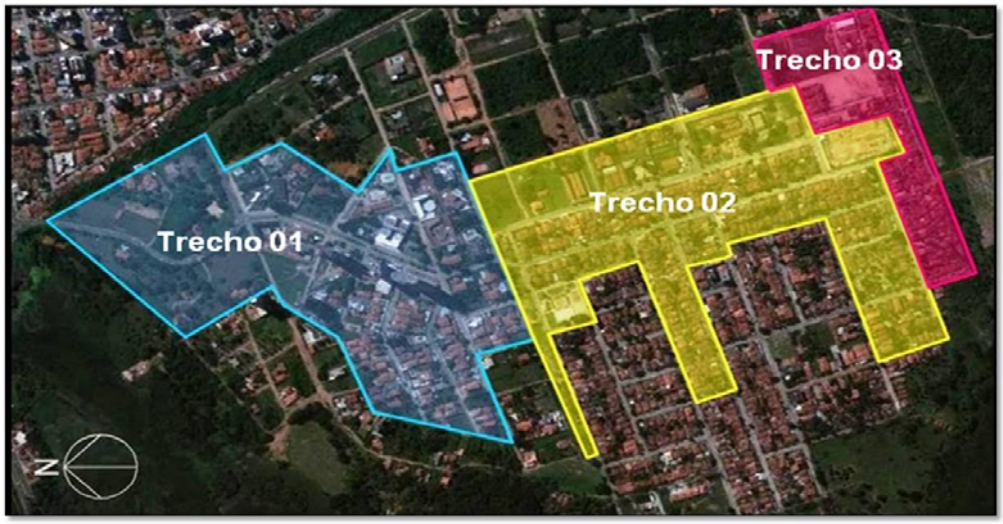

Figura 02: Trechos estudados no bairro Altiplano.
Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (nov/2013).

Como descrito mais cedo, há três áreas facilmente identificáveis no bairro: *Altiplano Nobre*, *Conjunto do Altiplano* e *Comunidades do Altiplano* [*cf.supra*, figura 02, respectivamente trechos 01, 02 e 03]. O setor do *Altiplano Nobre* apresenta padrão morfológico tipicamente isolado, pouco denso, baixo índice de ocupação (aproximadamente 20%) e áreas predominantemente livres. O espaço privado é fortemente priorizado, por intermédio de ações de hipervalorização das áreas coletivas, em que os espaços não edificados dos lotes, igualmente hiperprogramados, são destinados ao lazer dos proprietários – verdadeiros simulacros de espaços públicos aos quais se associa o "conforto" dos dispositivos de segurança e controle. No caso do *Conjunto do Altiplano*, pode-se afirmar que os índices de ocupação são intermediários (variando entre 50% e 60%) e que seus logradouros apresentam modesta programação arquitetônica. Nas *Comunidades do Altiplano*, por sua vez, os índices de ocupação são os maiores do bairro (aproximadamente 80%), propiciando uma única massa edificada, ocupando todo perfil fundiário. Quando presentes, as áreas não edificadas dos lotes caracterizam-se enquanto extensão do espaço privado e suprem as necessidades espaciais das habitações, exíguas [*cf.infra*, figura 03].

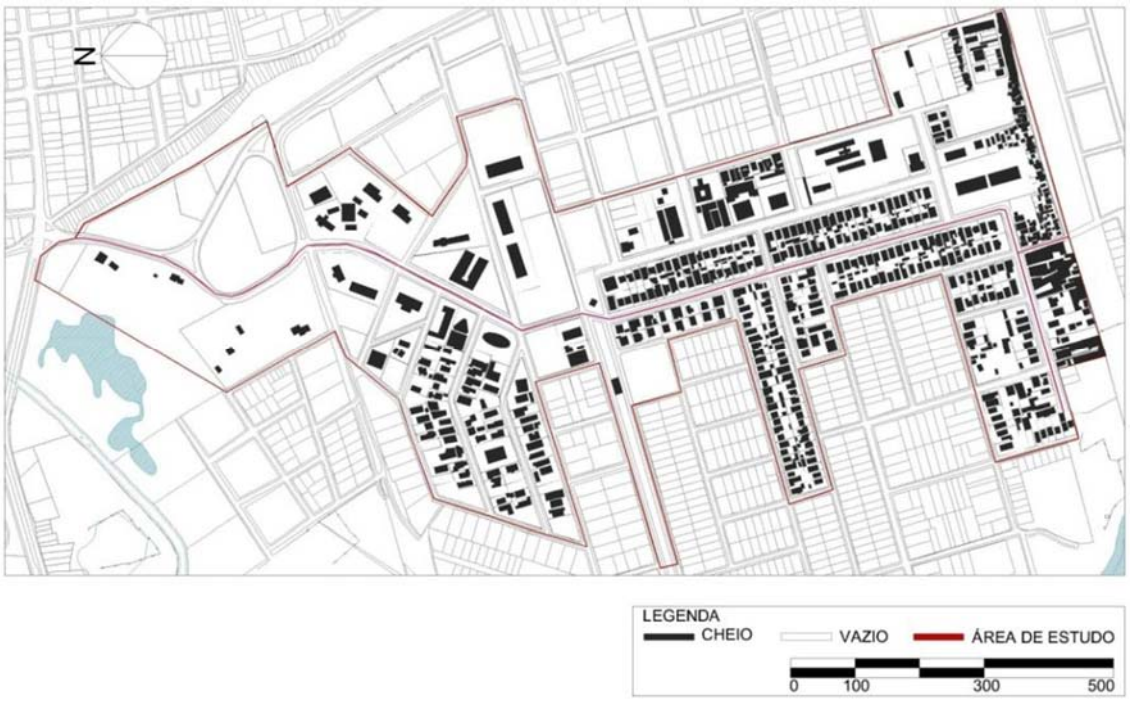

Figura 03: Mapa de figura-fundo, destacando os cheios e vazios na área estudada.
Fonte: Autoras (outubro/2014).

A monofuncionalidade indicada na evolução histórica do bairro permanece até a atualidade. O uso residencial destaca-se em todos os setores da área estudada; o uso comercial e/ou de serviço aparece pontualmente em apenas nove lotes na área estudada, concentrando-se nas ruas principais do bairro [*cf.infra*, figura 04].

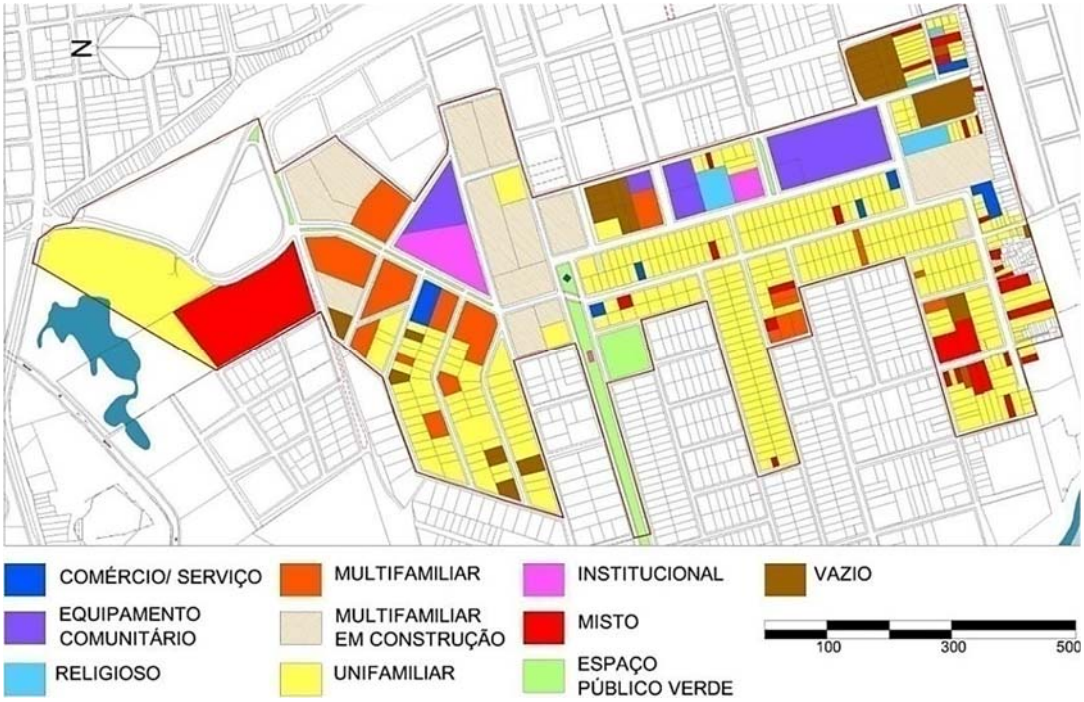

Figura 04: Mapa do Uso do solo da área estudada. Fonte: Autoras (out/2014).

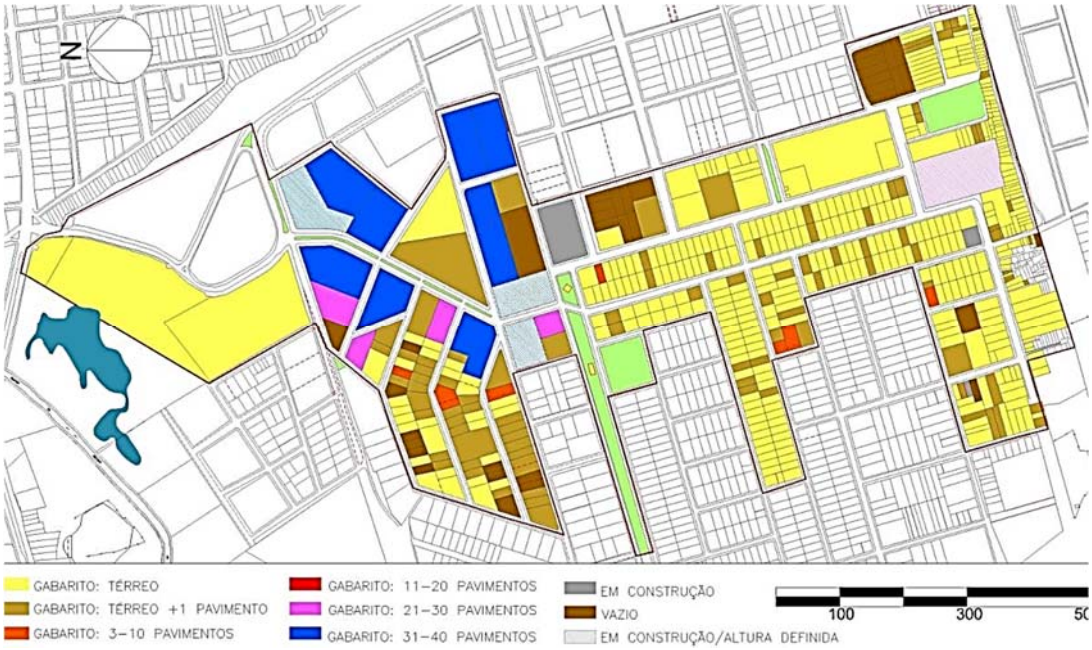

Figura 05: Mapa do Gabarito da área estudada. Fonte: Autoras (out/2014).

Os resultados decorrentes do Decreto Municipal 5844/07 estimularam a verticalização do setor mais privilegiado do bairro: há, hoje, edificações com até 50 pavimentos, que convivem com residências térreas de alto padrão construtivo [*cf.supra*, figura 05]. Nos demais setores do bairro, a maioria das edificações é térrea, mantendo-se, assim, a configuração mais próxima ao perfil inicial do bairro.

2.1 ESPAÇOS PÚBLICOS

A disparidade da configuração morfológica encontra rebatimento no estado dos espaços públicos analisados: é comum a ineficiência, ainda que as calçadas do *Conjunto do Altiplano* apresentem espaços mais equilibrados em termos de Atratividade, Conforto, Continuidade, Segurança e Seguridade – categorias avaliativas da qualidade das calçadas (FERREIRA, SANCHES, 1998). Ademais, a realidade espacial das áreas públicas do *Conjunto* apresenta menor número de desníveis entre calçadas, maior padronização em termos de revestimento dos passeios públicos, maior número de indivíduos arbóreos que proporcionam recintos coletivos sombreados, além da única praça do bairro [*cf.infra*, figura 06].

Figura 06: Espaços públicos do *Conjunto do Altiplano*. Fonte: Autoras (out/2015).

Figura 07: Espaços públicos do *Altiplano Nobre*. Fonte: Autoras (out/2015).

As calçadas do *Altiplano Nobre*, por sua vez, variam entre si em termos de qualidade e manutenção. Nesse espaço há relativa desconformidade às normas de acessibilidade dentre outras deficiências agravadas pela topografia mais acidentada do trecho [*cf.supra*, figura 07]. Em oposição, os espaços coletivos do setor das *Comunidades do Altiplano* possuem a menor média de qualificação das calçadas (quando existentes!), porém o maior o grau de seguridade, provavelmente devido ao fluxo contínuo de pedestres (FERREIRA, SANCHES, 1998) [*cf.infra*, figura 08]. As calçadas neste trecho apresentam má qualidade espacial, falta de delimitação clara dos espaços viários ou ainda pavimentações isentas de qualquer conformidade normativa [*cf.infra*, figura 09].

Avaliação do nível de Qualidade das Calçadas do Bairro do Altiplano
Ferreira e Sanches (1998)

Medidas de Desempenho	Média de Desempenho Altiplano Nobre	Média de Desempenho Conjunto do Altiplano	Média de Desempenho Comunidades do Altiplano
Atratividade	2,5	2,5	1
Conforto	3	2,5	0,5
Continuidade	2,5	3,5	1
Segurança	2,5	2,5	1
Seguridade	1	2,5	3

Figura 08: Comparação do Nível das Calçadas nos trechos do bairro Altiplano, segundo método de Ferreira e Sanches (1998). Fonte: Autoras (out/2015).

Figura 09: Espaços públicos das *Comunidades do Altiplano*. Fonte: Autoras (out/2015).

2.2 INTERFACES PÚBLICO/PRIVADAS

De maneira geral, a péssima qualidade dos espaços públicos do bairro Altiplano é corroborada pela configuração das interfaces público/privadas, ainda que a média de "permeabilidade" entre os espaços públicos e privados, i.e. o nível de visibilidade/transparência percebido em tais interfaces (BENTLEY et all., 1985), apresente considerável disparidade entre os trechos. No *Altiplano Nobre*, setor onde são observadas as maiores alturas de interface (média de 2,74metros), o número de aberturas por interface é 2,87 para cada frente de lote; no que diz respeito ao número de aberturas por metro linear da interface, a média é de 0,10 (i.e. faz-se necessário o percurso de 10metros, para que seja identificada uma abertura); por fim, a proporção de fachadas ativas preocupa, uma vez que se identifica uma média de 28,16% de fachada ativa para 71,84% de fachada inativa. No *Conjunto do Altiplano*, a altura da interface já é mais reduzida, com média de 2,12metros e menor número de aberturas por interface – 2,24 aberturas para cada frente de lote; no que concerne ao número de aberturas por metro linear de interface, a média equivale a 0,14 (i.e. é necessário o percurso de 7,1metros para que se identifique uma abertura); no que se refere à relação entre fachadas ativa e inativa, há 29,83% de fachada ativa para 70,17% de inativa no setor, o que favorece maior interação entre espaço privado e público. No entanto, é no setor das *Comunidades do Altiplano* que há a maior permeabilidade e facilidade de trocas entre esfera privada e pública por meio da interface: o número de aberturas por interface é de 1,71, a própria edificação estando encarregada de realizar a conexão entre os espaços públicos e privados. A dimensão reduzida dos lotes favorece o maior número de aberturas por metro linear, atingindo 0,23; observa-se ainda a maior porcentagem de fachada ativa (36,26%) em relação à fachada inativa (63,74%).

2.3 TIPOLOGIAS EDILÍCIAS

A diferenciação entre as permeabilidades de cada setor condiz com as propostas edilícias de cada área. No setor cuja população apresenta maior renda, a tipologia arquitetônica isolada em torre representa 30% das edificações da área, o que rompe a escala humana, nega o espaço público e favorece o "paradigma da formalidade" em detrimento daquele da "urbanidade" (HOLANDA, 2002) – *cf.infra*, figura 10, notadamente o distanciamento visual entre as torres. Para Alexander et al (1977 apud SABOYA E VARGAS, 2012), o gabarito das edificações assume um papel de importância no que concerne à elaboração da urbanidade; recomenda, por exemplo, não ultrapassar a altura do quarto pavimento, a partir do qual não é mais possível estabelecer conexão visual com o espaço público ao nível da rua – Gehl (2014) acompanha o pensamento, quando considera o quinto pavimento como limite para a percepção de detalhes localizados ao nível do solo.

Figura 10: Perfil edificado, distanciamento entre edificações e tipologias edilícias no Altiplano Nobre. Fonte: Autoras. (maio/2014).

A situação acima descrita, reforçada pelas fachadas cegas e a presença de usos indevidos nos pavimentos térreos, não favorece e até mesmo dificulta a presença de pessoas nas áreas coletivas deste trecho. Por outro lado, nos setores de classe média e baixa, os tipos contínuos ou com pequenos recuos são os mais representativos; associados a gabaritos que mantêm relação com a escala humana, permeabilidades acentuadas e usos sociais nos pavimentos ao nível da rua [*cf.infra*, figuras 11 e 12].

Figura 11: Perfil edificado no *Conjunto do Altiplano*. Fonte: GoogleEarth. (maio/2014).

Figura 12: Perfil edificado nas *Comunidades do Altiplano*. Fonte: Autoras (mai/2014).

No bairro do Altiplano, estão presentes três "sub-bairros" totalmente distintos e com pouca ou nenhuma interação entre si: o mesmo encontra-se enfraquecido enquanto entidade contínua e espacialmente coerente. As características físico-espaciais dos setores estimulam relações distintas dos indivíduos com o espaço público por vezes proporcionando sociabilidades e urbanidades distintas.

3. URBANIDADES E CONTRAPRODUTIVIDADE: O HOMEM SUJEITO AO ESPAÇO

Os dados expostos permitem traçar uma série de análises sobre a(s) urbanidade(s) do Altiplano e seus aspectos convivenciais.

3.1 ALTIPLANO NOBRE

Trata-se do trecho onde há: 1) maior destinação de espaços para a circulação do automóvel; 2) menor incidência de portas abrindo para espaços públicos; 3) grande incidência de fachadas cegas de modo que se veem muros altos, contornados por dispositivos de segurança, assemelhando-se a enclaves defensáveis e 4) maior

ruptura com a escala humana, se considerarmos o impacto da forte verticalização. As torres multifamiliares combinam o confinamento espacial com o fechamento social: comportamento eficientemente reforçado por programas de necessidades que estimulam interiorização das atividades e exacerbam a "cultura do medo" e consequente negação dos espaços públicos – as atividades antes realizadas na dimensão *intra mundana* deslocam-se para a *extra mundana*. Considera-se que os espaços destinados às sociabilidades dos moradores deste trecho não se encontram mais à rua, mas possivelmente deslocados para as áreas coletivas no seio da esfera privada, conforme dá indícios um morador entrevistado:

> (...) não é seguro né, ficar na rua?! também acho que não é muito uma boa ideia ficar conversando na rua... (...) Quando é para encontrar com meus amigos eles vêm aqui no prédio ou eu no deles. Ou nos encontramos no shopping ou algo do tipo... (*11/10/2015)*

Há moradores do *Altiplano Nobre* que possuem ainda referências "internacionais" de espaços públicos. Para esse seleto grupo, os dispositivos técnicos e demais equipamentos do bairro não satisfazem seu nível de exigência:

> (...) pra quem andou num bairro como Beverly Hills... chega fica se sentindo... humilhado... (*20/09/2015)*

No que concerne à presença de grupos sociais nos espaços públicos deste setor, há baixa diversidade, uma vez que a representação é essencialmente composta pela classe trabalhadora – a única responsável pela animação e dinâmicas de relações sociais presentes nos espaços públicos [*cf.infra*, figura 13].

Figura 13: Padrões de apropriações do *Altiplano Nobre*.
Fonte: Autoras (abr/2014).

O que se apreende no *Altiplano Nobre* são mais indícios de desurbanismo do que manifestações de urbanidade; esta tende a ser pouco intensa, esgarçada, marcada por usos dos DTSU pouco expressivos e convivenciais, contraproducentes até: basta entender que a complexidade da hiperprogramação arquitetônica dos condomínios de luxo contribui largamente com o esvaziamento dos espaços e das atividades possivelmente exercidas na dimensão *intra mundana*; quanto mais se investe nos espaços da dimensão *extra mundana*, ou seja, nas áreas privativas e coletivas de

luxo, e quanto mais se dota as interfaces de dispositivos pesados de controle e segurança, menos atrativo o bairro torna-se aos usos públicos e mais contrariados ao isolamento social encontram-se seus residentes e usuários. O medo da violência urbana reforça este ciclo vicioso, uma vez que aparece como justificativa reincidente, associada à má qualidade dos dispositivos técnicos e à hiperprogramação dos espaços coletivos privados dos condomínios verticais de alto padrão. Por fim, o setor mais “nobre” do bairro, e que apresenta o mais elevado padrão de construção dos seus dispositivos técnicos, é ao término aquele em os espaços públicos são os mais abandonados e julgados inadequados e que fornece a pior equação urbana observada.

3.2 CONJUNTO DO ALTIPLANO

As características referentes à dimensão espacial na área favorecem uma maior concentração de pessoas nos espaços públicos em diferentes turnos e horários, fazendo aflorar sentimento de identidade e pertencimento, o que faz emergir indícios do que entendemos aqui por urbanidade. A apropriação dos dispositivos pelos públicos, observadas em atividades *intra mundanas*, é mais intensa:

> (...) o gosto... pelo bairro né? ... nós gostamos muito daqui... (...) fazer uma caminhada... sabe às vezes tá de bobeira com o filho né? vai dar a voltinha... é o espaço mesmo que é agradável. (*04/10/2015)*

Por meio das entrevistas, fortalece-se a hipótese de que as relações de vizinhança e modos de deslocamento pedestre são elemento-chave para a presença humana e sensação de segurança nas ruas: a partir do encontro com os transeuntes, que estão representados em abundância no setor, contato e aprofundamento das relações pode ocorrer [*cf.infra*, figura 14]:

> (...) conhecer sempre as pessoas que tão passando na rua... aí me causa mais segurança. (*09/10/2015)*

Figura 14: Padrões de apropriações do *Conjunto do Altiplano*.
Fonte: Autoras (abr/2014).

Na única praça do bairro, observa-se diversidade de públicos, faixas etárias e gênero, com presença de usuários por vezes em ocasiões recreativas. As trocas são

geralmente cordiais, sem que sejam identificados maiores conflitos. Somente, se a urbanidade apreendida do *Conjunto do Altiplano* é considerada intensa, comparada à observada na área anterior, pode-se dizer que ela está em risco, visto que elementos comumente associados à "arquitetura do medo" começam a aparecer também neste setor: dispositivos de segurança percebidos no conjunto podem desumanizar as ruas, incitar ao seu esvaziamento e alimentar movimentos de auto-segregação; nestas circunstâncias, a atual configuração, com permeáveis limites entre o espaço público e privado, por exemplo, pode vir a oferecer barreiras visuais e físicas mais densas, comprometendo as qualidades de urbanidade da área.

3.3 COMUNIDADES DO ALTIPLANO

As *Comunidades do Altiplano* estão em realidade oposta. Aqui, os perfis socioeconômicos homogêneos são, entretanto, nitidamente inferiores aos outros do bairro. Os espaços públicos possuem DTSU de baixo padrão técnico e em quantidade insuficiente: há abandono dos espaços públicos, por parte daqueles que o projetaram, bem como carência de bons instrumentos e desleixo na execução:

> (...) aqui não tem banco... aqui é... tijolo... pra fazer tamborete. (1*1/10/2015)*

Apesar da péssima qualidade técnica dos espaços públicos, as intensas mobilizações de que são objeto, associadas às configurações dos gabaritos arquitetônicos e tratamento das interfaces público/privadas conferem à área vitalidade urbana, escala humana e permeabilidade visual: as residências, dispostas em fachadas contínuas, delimitam a fronteira entre as dimensões *intra* e *extra mundanas*, conferindo legibilidade ao espaço. A definição legível entre as unidades habitacionais e espaços públicos abertos, mas também sua estreita relação interdimensional e quase sobreposição física permitem “olhos [para a] rua” (JACOBS, e2011). Na observação da dimensão *infra mundana* identifica-se, por sua vez, exacerbação da vida social, por meio da máxima apropriação dos espaços públicos. O principal local de manifestação destas ações é o “terreno”, também conhecido como "campinho", ao redor do qual se estabeleceu parte da comunidade [*cf.infra*, figura 15].

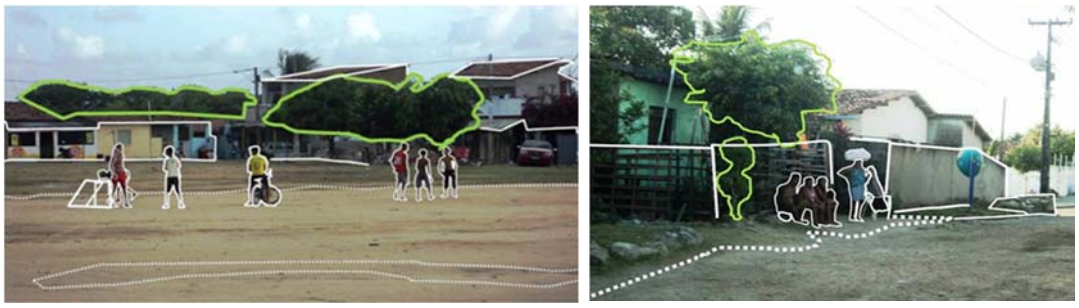

Figura 15: Apropriações das *Comunidades do Altiplano*. Fonte: Autoras (out/2014).

A insuficiência de DTSU, precariedade socioeconômica das famílias e inviabilidade de acesso convivencial aos bens urbanos são características de um grave quadro de dependência territorial e social, que favorece o estabelecimento de "redes de solidariedade" e de confiança, amparadas em mecanismos e "táticas" de sobrevivência (TRIGUEIRO, 2008). Elaboram-se relações de proximidade e trocas regulares no seio das unidades de habitação: os vizinhos circulam nas residências uns dos outros e partilham de suas vidas familiares. Estes elos, que permeiam a dimensão *extra mundana,* encontram reforço nas outras dimensões e contribuem para o reconhecimento mútuo dos integrantes da comunidade:

> (...) praticamente todo mundo conhece todo mundo aqui é mesmo que um interiorzinho pequeno... (*09/10/2015).*

Estas situações encontram origem em variáveis de natureza complexa e situam-se para além do espaço público: assim, é neste trecho do bairro em que a convivência é mais cordial. Trata-se de manifestações de urbanidade, no entanto? Certamente não, uma vez que a desqualificação dos espaços privados contribui fortemente para a intensidade dos usos externos. Compensação, e não urbanidade ou uso convivencial dos dispositivos, seria o traço forte dos padrões de interação social deste setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades brasileiras encontram-se diante de um modelo de desenvolvimento urbano, que nega a potencialidade de um corpo social diverso e fragmenta seu espaço em áreas dessolidarizadas – o Estado segue ativo, há quase quatro décadas, na produção desta cidade excludente dominada pelo capital produtivo (MARICATO, 2015). O individualismo, associado ao medo de frequentar os espaços da cidade em função do crescimento da violência, tende a levar determinadas classes sociais a se confinarem na segurança de seus lares. O panorama atual na cidade de João Pessoa reflete a consolidação destes arranjos urbanísticos verticalizados excludentes.

No *Altiplano Nobre*, desurbanismo, auto-segregação residencial e hiperprogramação das áreas privativas em condomínios verticalizados compõem ciclos de comprometimento convivencial; dinâmicas de contraprodutividade sinalizam para um paradoxo que opõe, no setor mais privilegiado do bairro, padrões construtivos de luxo e desprezo pelo espaço público, quiçá alienação à problemática urbana – nesse caso, as relações sociais tendem a ocorrer em âmbito privado. No *Conjunto* e nas *Comunidades do Altiplano*, percebe-se a forte influência das relações sociais e de vizinhança, que permitem a inserção dos indivíduos em redes de amizade e solidariedade, sedimentada em necessidades comuns: fundam-se lugares de convivência e trocas singulares, reforçadas pelo uso moderado, por vezes intenso, dos espaços públicos. O saber local age de maneira a permitir que os habitantes das *Comunidades*, principalmente, "desviem" de espaços maltratados e descreditados, e reelaborem suas práticas, em rituais criativos e artifícios de apropriação: para esses “públicos”, trata-se provavelmente de oportunidades de reinvenção urbana; para os “fabricantes”, catacreses funcionais. Fenômenos de superação de deficiências aliados à insuficiência dos espaços privados surgem como variáveis incontestes da resistência inventiva observada nos espaços públicos. Para Akrich (1993, p.37), “o usuário dos dispositivos técnicos só é percebido através de sua confrontação com os objetos: ou ele corresponde às hipóteses postas na concepção ou ele se destaca”.

No entanto, a convivencialidade pressupõe acima de tudo a livre possibilidade de agir e usar os dispositivos; no caso estudado, as contrariedades identificadas impedem o desenvolvimento de uma urbanidade equilibrada, indicando o assujeitamento dos públicos ao espaço produzido pelas lógicas desurbanas e excludentes da fabricação atual brasileira. Torna-se urgente pensar os espaços públicos urbanos como lugares de altruísmo, liberdade e mobilidade irrestritos, e não parcelas oferecidas aos mercados imobiliários, sacrificadas em favor do capital. Torna-se urgente pleitear, enfim, por um planejamento urbano sensível, participativo e capaz de promover uma urbanidade convivencial.

Bibliografia

Akrich, Madeleine. “Les objets techniques et leurs utilisateurs. De la conception à l’action”. In: Raisons pratiques, 35-57. Paris: Editions Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1993.

Bentley, Ian. Responsive environments: A manual for designers. Routledge, 1985. Disponível em: https://www.academia.edu/6243081/Ian_Bentley_et._al_-_Responsive_Environments (Acesso em: Outubro 2014).

Clerc, Denis. Ivan Illich, une figure importante de la critique de la société industriellle. In: Caille, Alain; Humbert, Marc; Latouche, Serge; Viveret, Patrick. De la convivialité. Dialogues sur la société conviviale à venir. 131-137. Paris: La Découverte, 2011.

Corrêa, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1995.

Donzelot, Jacques. Faire Société. La politique de la ville aux Etats-Unis et en France, Paris: Editions du Seuil, 2001.

Fernandes, Maria Andreina Moreira. A (Re)produção do espaço urbano no bairro do Altiplano, João Pessoa-PB: Estratégias, iniciativas e interesses dos agentes que produzem a cidade. 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). João Pessoa, 2013.

Ferreira, M.A.G; Sanches, S.P. (2001) Avaliação do Conforto e Segurança dos Pedestres. Anais do X Congresso Panamericano de Ingenieria de Tránsito y Transporte, Santander, Espanha, 1998.

Figueiredo, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição das cidades. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.

Gehl, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

Holanda, Frederico de (Org.). Arquitetura e Urbanidade. São Paulo: Proeditores Associados Ltda. 2002.

_____. Urbanidade: Arquitetônica e Social. Rio de Janeiro. 2010.

Humbert, Marc. Convivialisme, politique et économie. Ivan Illich et le bien vivre ensemble. In: Caille, Alain., Humbert, Marc., Latouche, Serge., et Viveret Patrick. De la convivialité. Dialogues sur la société conviviale à venir. 99-129. La Découverte, 2011.

Illich, I. A Convivencialidade. Lisboa. Publicações Europa-América, 1973.

Illich, I. Oeuvres complètes. Paris: Fayard, 2003.

Jacobs, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

Joseph, Isaac. Espace public, urbanité, citoyenneté. In JOLE, Michèle (org.). Espaces publics et cultures urbaines. Lyon: CERTU, 2002.

Latour, Bruno., Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie, Paris: éd. La Découverte, e2004.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. 3ª ed. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Maricato, Ermínia. Para entender a crise urbana. 1.ed - São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Netto, Vinicius M.; Vargas, Julio Celso; Saboya, Renato T. de. (Looking for) The social effects of architectural morphology. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2012.

Netto, V. M. O efeito da arquitetura: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão, Arquitextos, 2006.

_____.O efeito da arquitetura: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão, 2006.

_____. Cidade e Sociedade: as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

PANERAI, Philippe. Análise urbana / Philippe Paerai; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

Pessoa, JOÃO. Plano Diretor da Cidade de João Pessoa. João Pessoa: Grafset, 1994.

RAYMOND Henri, L'architecture, les aventures spatiales de la raison, Paris: Ed. CCI, 1984.

Saboya, Renato; Netto, Vinícius; Vargas, Júlio. Tipologias edilícias e vitalidade urbana: Estudo de caso em Florianópolis-SC. Disponível online. 2013.

Santos, Maiara Dutra Vasconcelos dos., Trigueiro, Marcele de A.M. Urbanidade Reconquistada? (transformações fisicoespaciais e sociais em Mangabeira, João Pessoa, Estado da Paraíba, Brasil). In: Silva, Geovany da., Dutra, Milena., e Silveira, José Augusto da (Org.). Lugares e suas interfaces intraurbanas (transformações urbanas e periferização). 360-387. 1.ed - João Pessoa: Paraiboa, 2016.

Silva, Geovany da., Dutra, Milena., e Silveira, José Augusto da (Org.). Lugares e suas interfaces intraurbanas (transformações urbanas e periferização). 1.ed - João Pessoa:Paraiboa, 2016.

Toussaint Jean-Yves; Zimmermann Monique. “L’espace public comme pratique d’aménagement”. In: Toussaint J-Y., Zimmermann M. (dir.), User, observer, programmer et fabriquer l’espace public, Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes, 2001.

Trigueiro, Marcele de A. M. Éléments pour une prise en compte du rôle des espaces publics dans les grands ensembles. Les cas lyonnais de la Ville Nouvelle et des Minguettes. Tese de doutorado. Lyon: INSA de Lyon. 2008.

_____. Pacificação da cidade:a urbanidade legitimada - O caso dos espaços públicos do grand ensemble Les Miguettes, em Lyon. In: Aguiar, D., Netto, V.M. (Org.). Urbanidades 81-114. Rio de Janeiro. Letra e Imagem. 2012.